

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.196 - SP (2019/0022519-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : SILVIA BESSA RIBEIRO BIAR - SP186689
AGRAVADO : DORIVAL DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO DUARTE GRIMAUTH FILHO - SP221981
AGRAVADO : INDÚSTRIA E COMÉRCIO LOTUS S. - MASSA FALIDA
ADVOGADO : HOANES KOUTOUDJIAN - ADMINISTRADOR JUDICIAL - SP030807

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE FALÊNCIA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A., com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 156):

Ação de falência - Decisão que determinou a elaboração de novo cálculo de liquidação para inclusão de credor que não fora observado no cálculo anteriormente homologado, com a suspensão da expedição de mandados de levantamento, cancelamento dos já expedidos e devolução dos valores levantados - Crédito do agravado oriundo de contrato de câmbio, objeto de pedido de restituição na falência - Ausência de manifestação tempestiva do credor acerca de sua não inclusão no cálculo homologado pelo Juízo, mesmo estando regularmente representado nos autos - Inadmissível promover nova liquidação diante da inércia do interessado, que culminou na preclusão temporal e consumativa no que tange à sua inclusão neste rateio - Incabível a inclusão do credor na divisão do saldo restante em concorrência com aqueles que ainda não retiraram os mandados de levantamento - Prevalhecimento do princípio da segurança jurídica de todos os demais credores em detrimento do agravado - Decisão reformada para afastar a possibilidade de refazimento do cálculo de liquidação - Credor preterido deverá ser incluído com prioridade em próximo rateio após verificação da existência de saldo - Recurso provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 196-200).

Superior Tribunal de Justiça

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 172-187), o agravante alegou violação aos arts. 494, I, e 503, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015; 884 do Código Civil de 2002; e 76 do Decreto Lei n. 7.661/1945.

Sustentou, em síntese, a ocorrência de erro material na decisão de homologação da conta de liquidação, que não o incluiu como credor por restituição, não ocorrendo, dessa forma, a preclusão consumativa e temporal ao presente caso.

Asseverou, ademais, que "não há como prosperar a decisão colegiada que desarrazoadamente desclassifica o crédito deste credor por restituição para crédito retardatário, aplicando-lhe a disciplina em total desacordo com a legislação aplicável" (e-STJ, fl. 185).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 207-217).

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 262-263).

Brevemente relatado, decido.

Considerando os fundamentos trazidos no recurso e atendidos os pressupostos de admissibilidade, dou provimento ao presente agravo para determinar a sua conversão em recurso especial a fim de que a controvérsia seja mais bem examinada, com fulcro no art. 34, XVI, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator